

menos, quer dizer, que promovamos tanto a unidade como a diversidade. Uma ênfase unilateral na universalidade está compelida a despertar lembranças dolorosas e a levar à desconfiança. Ela afasta outros cristãos. Em nossos diálogos com as Igrejas Ortodoxa e Protestante (comunidades eclesiais) devemos deixar claro que uma Igreja individual não pode ser plenamente uma Igreja de Jesus Cristo fora da comunidade que é universal. Essa "unidade na comunhão" não aflige as tradições legítimas das Igrejas individuais, mas lhes abre espaço para a liberdade. Nenhuma comunidade cristã jamais encontrará outro caminho para a plenitude da Igreja de Cristo.

Esse equilíbrio entre a Igreja universal e as Igrejas locais não se opõe ao ministério do papado. Muito pelo contrário, o papado tem como principal meta a criação desse equilíbrio. A missão do Papa é fortalecer essa aspiração. Ele deve, portanto, fortalecê-las e mantê-las na unidade do episcopado e das Igrejas locais. O Papa João Paulo II convidou as Igrejas para o diálogo ecumênico a fim de ver de que forma se pode cumprir tudo isso de maneira concreta.

Quando o papa faz um convite a um diálogo tão amigável com certeza não pode ser imprópria a expressão de alguém com referência à relação entre a Igreja universal e as Igrejas locais.

Walter Kasper foi bispo de Rottenburg-Stuttgart na Alemanha de 1989 a 1999 e antes disso catedrático de Teologia na Universidade de Tübingen.

Foi ordenado cardeal em Fevereiro deste ano e logo depois indicado para Presidente do Pontifício Conselho para Promoção da Unidade dos Cristãos.*

* O texto deste artigo foi gentilmente traduzido, do inglês para o português, por Stella Carrión Teruel.

JOÃO ALOYSIO KONZEN,
ÉTICA TEOLÓGICA FUNDAMENTAL.

SÃO PAULO: PAULINAS, 2001 (COLEÇÃO: INICIAÇÃO TEOLÓGICA)

Dr. Francisco Catão

No processo de recepção do Concílio Vaticano II, que se estende hoje por quase quarenta anos, a reformulação da moral cristã, embora menos aparente do que a questão da colegialidade, por exemplo, não se tem demonstrado tão fácil. Ao considerar Igreja a comunidade cristã no seu conjunto, o povo de Deus, e ao ter sido levado a dar uma prioridade de fato à relação dos cristãos com o conjunto da humanidade, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, o Concílio situou a moral num contexto novo, bem distante do moralismo individualista até então dominante, provocando uma renovação profunda, de que somente aos poucos se vai tomando consciência na Igreja.

O livro que acabamos de ler é fruto desse processo de renovação da moral cristã, mas é, ao mesmo tempo, chamado a contribuir de maneira eficaz e ampla para o seu alargamento e aprofundamento entre nós. Saudamo-lo como reflexão vigorosa e original de um teólogo moralista brasileiro.

Trata-se, como reconhece o autor, de um livro de iniciação à moral fundamental, acessível e útil a todos os estudantes, especialmente de teologia. Contém as informações indispensáveis do ponto de vista histórico e equaciona com clareza os principais elementos da moral teológica. Mas vai além, em dois sentidos.

Primeiro porque deixa claro que a solução para os grandes problemas morais, que se agitam hoje nas esferas sócio-econômica e política ou nas áreas da transmissão da vida e do respeito que lhe é devido, no amplo domínio da bioética, por exemplo, só pode ser bem encaminhada na medida em que se tenham resolvido satisfatoriamente as questões pertinentes à ética fundamental.

Segundo porque ultrapassa conscientemente os limites clássicos dos problemas básicos e se aventura numa reflexão crítica dos próprios princípios morais, cioso da necessidade do moralista, numa época de transição cultural e, por conseguinte, de crise, reformular a sua própria moral. O ser humano em mutação não pode ser escravizado às formulações do passado: seria pensá-lo em função do sábado, quando este somente tem sentido e existe em benefício daquele.

É significativo que o autor comece com um capítulo sobre o que chama "a crise atual da moral" e, depois de perpassar a história de sua disciplina, tente a sistematização numa ótica eminentemente antropológica, que o leva a discutir sucessivamente as questões da liberdade e da responsabilidade, dos valores e das normas morais, finalmente, da consciência, considerada na sua subjetividade, em contraposição à definição mais objetiva, que prevalecia na ética legalista corrente.

Chega, então, ao penúltimo capítulo, sobre o "discernimento", que o próprio autor diz, na apresentação do livro, considerar seu "capítulo mais criativo e original". Não resta dúvida que tem razão, menos porém do que parece pensar, pois, na realidade, o que entende por discernimento, que analisa, aliás, com maestria, seria o ato do que os medievais, Tomás de Aquino, por exemplo, estudam sob o ângulo habitual, do que designam como virtude da "prudência".

Além das exigências morais a que deve corresponder o agente ético, a moralidade do ato concreto não é definida unicamente pelo equacionamento racional dos dados objetivos que deva levar em conta, senão também pelas condições concretas de sua subjetividade no aqui e agora. Mais do que um cumpridor de leis, o ser humano é chamado a ser co-respondente, no contexto de relações eminentemente pessoais, a Deus e ao próximo. Em outras palavras, o discernimento ético é decisão pessoal que tomo em relação a outras pessoas a que estou vinculado, não só pela realidade do que sou, como criatura, e de minha vida, senão, principalmente, pela amizade com que Deus nos ama e que se vai progressivamente construindo pelas nossas muitas e cada vez mais profundas respostas ao amor.

O discernimento é central do ponto de vista da estruturação da ciência ética. No entanto, para o agente moral, mais importante do que os atos na sua qualificação específica é a continuidade de uma vida orientada pela resposta correta ao amor com que somos amados. Continuidade que recebeu tradicionalmente o nome hoje pouco compreensível de prudência, mas que é de fato, a seu modo, paralelamente à justiça, a expressão antropológica do amor criativo, corajoso e empreendedor, que deve caracterizar a vida moral cristã.

O autor pressentiu esse horizonte e, de certa maneira, satisfaz suas exigências no último capítulo, sobre o pecado, e sobretudo na conclusão, sobre "a especificidade cristã da vivência ética". Como, porém, se trata de um livro didático, com inteligentes sínteses ao fim de cada capítulo e roteiros de revisão e auto-avaliação, não seria demais se dedicasse um espaço ao aspecto progressivo do desenvolvimento moral das pessoas e das comunidades. Os antigos o estudavam sob a designação de "virtudes", que guardam a riqueza conceitual dos "hábitos" de que falavam os gregos, ao mesmo tempo que a amplidão do que hoje designamos com o termo "virtual".

Quem sabe o autor nos brindaria com um livro que estudasse o agir humano sob esse ângulo, que é tão importante e tão decisivo para a vida moral, como o demonstrou no caso do discernimento moral.

Francisco Catão é Doutor em Teologia pela Universidade de Strasbourg (França).
Leciona no Instituto Pio XI.